

A sobre vivência no mercado de trabalho pós-emancipacionista

Lúcia Helena Oliveira Silva - UEL

O período que se seguiu a Lei Áurea (1.888), somou uma grande expectativa por parte dos emancipados tornados libertos por esta lei ou, mesmo antes dela. A derrocada da escravidão, foi apenas uma das etapas do longo processo para obter o tratamento e direitos igualitários de cidadão para brancos e negros. No Estado de São Paulo, essa situação era particularmente complexa devido à intensa imigração européia que rapidamente tornou-se mão-de-obra preferencial. Os libertos e afro-descendentes que ali viviam experimentavam a liberdade e, paralelamente, transformavam-se em minoria numérica junto a população paulista, o que podemos observar nos dados de Florestan Fernandes¹. Nela vemos que somados negros e mestiços havia 397.131 habitantes ou 28,6% da população paulista. Contudo, esta população tendia diminuir uma vez que as imigrações européias, alteraram a composição da população. Grande parte dessas pessoas vivia na zona rural onde estavam 90% dos paulistas². Os 10% restantes, viviam nos centros urbanos. As cidades no pós-abolição representavam, a despeito das cifras numéricas populacionais, um espaço importante e dinâmico. Eram nelas que os lucros provenientes do café eram aplicados, levando à expansão da rede de serviços oferecidos pelo comércio e ampliação de melhorias coletivas como pavimentação nas ruas principais. Todas essas atividades atraíam pessoas que nela buscavam um trabalho diferenciado daquele realizado no campo. Ex-escravos, imigrantes e demais brasileiros engrossavam o contínuo fluxo migratório da zona rural em direção à cidade, criando nestes espaços uma intensa teia de relações.

A convivência no espaço urbano produziu experiências cotidianas singulares e apontavam o entrelaçamento de inúmeros projetos de vida. Para os afro-descendentes somavam-se ainda, as expectativas de serem incorporados à sociedade, junto aos

demaís grupos étnicos presentes na cidade. Neste sentido, faz-se fundamental recuperar os registros de quem vivenciou esta época em que os negros colocavam-se como novos cidadãos. Em entrevista o senhor Henrique Cunha, natural de Pindamonhangaba e fui criado por tios, contava como foram os anos depois da abolição³.

Henrique Cunha, um afro-descendente nascido no princípio do século XX, no interior de São Paulo. Embora não tenha vivido o cativeiro, descendia de quem experimentara tal condição. Na sua fala inicial é percebida a extensão dos laços de parentesco, registrada na sua criação pelos tios. Esta convivência com os parentes próximos que assumiam a responsabilidade dos pais, aponta para a família extensiva, um tipo de organização familiar que coexistia paralelo ao modelo de família dos grupos dominantes que era a família patriarcal (Correa,1982)⁴. Problemas cotidianos, relacionados aos preconceitos raciais, são explicitados na continuação do mesmo relato:

Um fato que marcou muito a vida deles foi a chegada do circo na cidade de Pindamonhangaba. Antigamente havia poucas diversões para o povo: um baralho à noite numa casa, um bailinho noutra casa... Mas o maior divertimento eram os circos. Os palhaços de circo naquela época montavam as suas graças em cima de pretos:

O palhaço o que é? É ladrão de mulher. / Olha a negra na janela: Tem cara de panela. / Olha o negro no portão: Tem cara de tição. / Olha o negro no jardim. Vai comer capim.

As quadrinhas populares usavam insultos como forma de sátira nas quais procurava-se estereotipar a população negra e, estavam permeadas por uma carga pejorativa eficaz o suficiente para ser recordada prontamente pelo depoente. Segundo Florestan Fernandes, piadas e estereótipos ofensivos eram anteriores à Lei Áurea e ligavam-se à condição de escravo vivida no passado (Fernandes, 1978, pp.307-308).

É possível, imaginar que os insultos raciais tenham se tornado ainda mais presentes a partir do momento em que os afro-descendentes alcançaram a igualdade jurídica e puderam competir com a população branca no mercado de trabalho.

Segundo Thomas Holloway, entre 1887 e 1892, chegaram 341.000 imigrantes europeus em São Paulo, sendo 240.000 trabalhadores em potencial. Em vista dos 64.400 (1887) escravos registrados nas áreas rurais da região oeste do estado, os imigrantes formavam um grande contingente, que efetivamente alterou a composição étnica do estado. Assim, os negros deixavam de compor numericamente a maioria entre os trabalhadores. Ainda que não se saiba ao certo quantos negros livres e libertos existiam na província naquela época, acredita-se que, mesmo se somados aos escravos não suplantavam o número de imigrantes⁵.

Trabalhando com uma periodicidade maior, Andrews concluiu que 2,1 milhões de europeus entraram no estado de São Paulo entre 1888 e 1928, o que tornava a presença dos libertos e seus descendentes menos perceptível entre os paulistas. Há que se considerar também que as formas de contabilizar os trabalhadores nacionais eram mais precárias, porque não se contava com alguns tipos de controle como aqueles presentes nas hospedarias, companhias agrícolas e portos, como acontecia com os imigrantes, que por serem subsidiados por agências privadas, estaduais e federais eram permanentemente computados. Os dados sobre a população nacional só podiam ser recuperados nos ocasionais censos de rigor questionável, que nem sempre captavam o dinamismo da população. Não podemos esquecer também que a ausência de dados sobre a população nacional, em especial sobre a comunidade afro-brasileira, poderia ter uma orientação de cunho político. Carlos José F. Santos, em seu estudo sobre a população urbana da cidade de São Paulo no período de transição do século XIX para o século XX, observou que raramente a presença dos não imigrantes era citada seja em documentos oficiais, seja pelos cronistas⁶. O Anuário Estatístico de 1902, sublinhava a importância do imigrante ao mesmo tempo em que minimizava os brasileiros: *Em São Paulo onde predomina o elemento estrangeiro, acontece o mesmo que se dá em Buenos Aires, isto é, a inferioridade com o elemento nacional concorre para o*

desenvolvimento da população. (Santos, 1998, p.37). Como observa Andrews, as orientações eram claras: na medida em que a política de incentivos concebida para os imigrantes centrava-se “nas preocupações relativas ao Estado” e aos fazendeiros, residia nelas não apenas uma preocupação com os problemas de mão-de-obra, mas também uma orientação política subjacente que revelava a escolha de opção étnica da população do Estado de São Paulo. Os imigrantes “escolhidos” para ficar em São Paulo acabaram, em princípio, por se submeter ao regime do colonato. Segundo Norder⁷, o colonato foi um sistema que perdurou por várias décadas, e articulou-se com a imigração subsidiada, impedindo que a maior parte dos imigrantes se tornasse pequeno proprietário rural, levando muitos deles a optarem pelas cidades(Norder, 2000, p.,19).

Testemunha desse processo de mobilidade social do início do século XX, Henrique Cunha, quando foi para São Paulo, presenciou a chegada de muitos europeus na cidade, sobretudo aqueles que vinham do interior do estado, da zona rural para a capital. Segundo ele, nem todos na cidade viam com bons olhos a presença imigrante:

A gente ouvia muitas coisas que os brancos falavam...naquela época mais sobre os imigrantes que estavam chegando e incomodando o brasileiro que chamava os que eram negociantes de carcamanos e tinha aquela coisa: Carcamano pé de chumbo, Calcanhar de frigideira, Você não tem licença De casar com a brasileira (Cunha, 1994, pp.3-4).

A hostilidade com imigrantes estigmatizava-os como intrusos e grosseiros. Segundo Paula Beiguelman, a população nacional passou a demonstrar seu ressentimento contra o imigrante, pois na sua vinda para as cidades ele tornava mais aguda a concorrência por empregos⁸. Vários foram os antagonismos entre brasileiros e estrangeiros, principalmente italianos, em São Paulo

No campo, a situação de competição poderia ser menos acirrada devido às constantes necessidades de trabalhadores, mas ainda não eram necessariamente boas, por vezes aproximando-se mesmo das condições anteriores à Abolição, o que

desestimulava a permanência dos afro-descendentes nas fazendas. Contudo, ao chegar na cidade, os negros percebiam de imediato os efeitos da forte concorrência. A presença de tantos trabalhadores produzia o barateamento da mão-de-obra o que levou à organização dos primeiros movimentos trabalhistas urbanos. Devido às dificuldades de obtenção de emprego, nem sempre os negros atuavam de acordo com os nascentes movimentos urbanos de reivindicação de melhores condições de trabalho. Testemunha da greve de 1917, Henrique Cunha então com nove anos, lembra-se do seguinte acontecimento:

Foi a greve...meu tio, eu o chamava de pai... estava trabalhando num telhado, na Rua Peixoto Gomide, então vinham aqueles homens com umas capas, uns cacetões grandes: - Ô, companheiro, desce daí, Ele não entendia nada daquilo, né: -Mas o que é que há? -Desce!, -Mas o que é que é isso? -Não pode trabalhar. -Mas por que não pode trabalhar? -Nós estamos em greve. Então aí ele explicou: -Ah! A greve é para isto... é contra o governo... -Ah! Tá certo. Aí ele desceu do telhado, né. E o grupo subiu a Peixoto Gomide e foi embora. Então ele voltou a trabalhar, pois ele não tinha nada a ver com a greve (risos)... Ele precisava era ganhar dinheiro... Mas esse foi meu primeiro movimento (Cunha, 1994, p.5).

Para aqueles que viviam de pequenos expedientes, abrir mão do trabalho disponível seria desperdiçar as escassas possibilidades de ganho. Talvez por isso, os movimentos dos operários muitas vezes acusassem os negros de “fura-greve”, uma vez que dispensavam-se os trabalhadores grevistas e abriam-se vagas para quebrar o movimento, sendo muitas destas vagas preenchidas por trabalhadores negros, como na greve dos estivadores de Santos em 1891. Segundo Andrews, alguns líderes do movimento operário, até entendiam as dificuldades vivenciadas pelos negros no que concerne a conseguir emprego, bem como o fato de serem eles usados nas interrupções do movimento. Há que se considerar, que havia dificuldades reais de obter a adesão de trabalhadores nacionais nas greves, uma vez que os discursos e jornais

em sua maioria, não eram falados nem editados em português. Estas condições devem ser consideradas, ao analisarmos o distanciamento do tio de Henrique Cunha ao ser intimado a participar da greve. No início da década de 1920, após muitas greves, a desilusão com os trabalhadores europeus e a diminuição da imigração no período pós-guerra levou as fábricas a abrirem mais vagas para a mão-de-obra nacional. O contato dos negros com as idéias anarquistas e comunistas da época era mínimo. Muitos sentiam-se alijados destas discussões justamente por não contemplarem muitas das questões específicas que os afligiam:

Nem sempre o comunista sempre entendeu que não havia questão racial, não havia causa de negros. A questão era econômica, de classe. O proletariado era tão sofrido, tão explorado quanto o negro. Eu nunca concordei com isso. Sempre debati, que havia também nesse meio um prejuízo do negro que era ser mal recebido em casa de proletários brancos (Correia Leite & Cuti, 199, p. 55).

A fala do militante negro Correia Leite ia ao encontro das queixas de muitos operários negros do início do século XX. As dificuldades de afirmar-se enquanto cidadão, fizeram com que os negros moradores no estado de São Paulo se tornassem mais mobilizados desde os primeiros anos do início do século. Vivenciando situações de clara intolerância racial, as comunidades negras presentes nos espaços urbanos buscavam obter visibilidade, traçando estratégias que permitissem viver neste mesmo espaço povoado pelos inúmeros grupos de imigrantes e brasileiros presentes na cidade. As impressões sobre os imigrantes que aparecem no depoimento de Henrique Cunha são permeadas por um posicionamento de quase confronto como na expressão, observada em trechos como : “os imigrantes que estavam chegando e incomodando o brasileiro”. De fato, à medida que os imigrantes dirigiam-se para o mercado de trabalho, aumentava a competição no que se referia às oportunidades de emprego. Na cidade, a situação de confronto tornava-se mais visível devido ao número menor de colocações que o espaço

urbano oferecia em relação ao campo. Ainda assim, os empregos na cidade eram mais leves que o trabalho na roça e proporcionavam maior dinamismo para se conseguir novas oportunidades, uma idéia semelhante aquela pensada sobre o escravo rural em relação ao urbano. As dificuldades para obter emprego eram freqüentes e as denúncias de preconceito racial eram noticiadas nos jornais da comunidade negra. Em 1924, por dois meses seguidos, o editorial “Os pretos em São Paulo”, denunciou a péssima situação social dos negros em São Paulo e as dificuldades para a obtenção de emprego⁹. Em um deles comentava-se a carta de um “patrício”: que se queixava da situação de desemprego¹⁰. Além disso, havia uma clara preferência pela mão-de-obra á medida que mais e mais imigrantes vinham para São Paulo, situação que se refletia nos anúncios de emprego:

Precisa-se de uma branca, nacional ou estrangeira, paga-se muito bem para servir e cozinhar em casa de pequena família. Quem não estiver nas condições não se apresente. Rua 24 de maio, 15A.

*Cozinheira- na rua da Tabatinguera, 15, precisa-se de uma mulher branca para cozinhar e outros pequenos serviços, preferindo-se alemã.*¹¹

Classificados como esses povoavam as páginas dos jornais paulistas e mostravam que o mercado de trabalho era muito mais favorável aos estrangeiros, traduzindo a preferência por trabalhadores brancos. Essa preferência pelos estrangeiros dificultava a obtenção das melhores vagas no que dizia respeito à remuneração, mas não impedia que o negro trabalhasse em São Paulo, ainda que em condições visivelmente desiguais. Como vimos, a experiência de vida de libertos e afro-descendentes no Estado de São Paulo, era permeada por um lado, pelas suas expectativas de inserção social e, por outro, pelas tentativas senhoriais de manutenção da situação sócio-racial anterior à Abolição. Somada a essa situação, havia os imigrantes europeus que, ao se estabelecerem nesse mesmo espaço, modificaram a configuração populacional e, conseqüentemente, alteraram o

mercado de trabalho onde manifestava-se a preferência pelos brancos, em especial, os de origem européia, o que dificultava a contratação de trabalhadores nacionais e a inserção social de libertos e afro-descendentes.

A liberdade não era um termo abstrato mas compreendia ser respeitado na sociedade, conseguir postos de trabalho enfim, ser respeitado em seu lazer, enfim obter condições mínimas de sobrevivência frente a uma sociedade que não os desejava. Por tudo isso, observou o redator do jornal A Redenção em 1897, “os pretos” estavam desaparecendo do Estado de São Paulo. Não exatamente pelos motivos apontados pelos “escravocratas”, como a morte em massa por embriaguez. A população negra diminuía em São Paulo devido a matização de seu contingente populacional frente à imigração, ao “apagamento” dos registros oficiais e também porque, frente a tal grau de dificuldades, muitos libertos e afro-descendentes puseram-se em movimento indo para outros estados. Esta última opção surgia possivelmente como esperança de encontrar menos violência por parte das autoridades e proprietários e, portanto alcançar condições melhores e mais dignas de vida.

¹ FERNANDES, Florestan *A integração do negro na sociedade de classes* vol. 1. São Paulo, Ática, 1973, p. 23

² ANDREWS, George. R. Negros e brancos em São Paulo. Bauru-SP: Edusc, 1998, pp. 93-98.

³ Depoimento de Henrique Cunha dado a Ana Lúcia Souza Moreira e Sandra Santos em 26 de novembro de 1992. Sou grata as pesquisadoras por me cederem a entrevista.

⁴ José Correia Leite & Cuti ...*E disse o velho militante José Correia Leite: depoimentos e artigos*, São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, 1992, p.26

⁵ HOLLOWAY, Thomas *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo 1886-1934*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, cap. 2

⁶ SANTOS, Carlos José F. *Nem tudo era italiano: São Paulo e a pobreza (1890-1915)*. São Paulo: Anna Blume/Fapesp, 1998.

⁷ NORDER, Luiz A. C *Formação agrária brasileira*. Londrina: mimeo., 2000.

⁸ BEIGUELMAN, Paul *A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1966.

⁹ O *Getulino*, 24 de julho de 1924, p. 1

¹¹ *Diário Popular*, 23 de julho de 1889, p. 6.